

# EUROPA E ÁSIA CENTRAL

## PANORAMA REGIONAL

***“Estou muito feliz por ter sido libertado. Estou extremamente grato à Amnistia Internacional, que fez campanha desde o início. Na minha opinião, vocês salvaram-me. Obrigado a todos os que usaram o Twitter.”***

Eynulla Fatullayev, jornalista e prisioneiro de consciência, em Baku, Azerbaijão.

Numa manhã de primavera, numa pequena aldeia da Sérvia, chegou ao fim uma das maiores operações de caça ao homem realizadas na Europa. O general Ratko Mladic, procurado por crimes como o homicídio de 8 mil homens e rapazes de Srebrenica, ia finalmente enfrentar a justiça. Dois meses depois, o croata-sérvio Goran Hadzic, o último suspeito procurado pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia que restava em liberdade, foi igualmente detido na Sérvia e posteriormente transferido para Haia.

Estas detenções foram passos históricos para as vítimas dos horríveis crimes cometidos durante as guerras dos anos 90 na antiga Jugoslávia. As detenções há muito aguardadas deram aos sobreviventes esperança de que iriam finalmente ter direito à verdade, justiça e reparação. No entanto, muitos mais por toda a região ainda aguardavam pela sua hipótese de ver justiça feita, e não adiada.

### **Liberdade de expressão**

Num acentuado contraste com a esperança e as mudanças no mundo árabe, os regimes autocráticos de alguns dos países que sucederam à União Soviética reforçaram o seu poder. Esmagaram protestos, prenderam líderes da oposição e silenciaram vozes dissidentes. Para muitos, a esperança que acompanhou o colapso da União Soviética há 20 anos deve parecer uma memória distante.

Na Bielorrússia, os protestos contra a alegada fraude eleitoral do ano anterior foram proibidos ou dispersados, centenas de manifestantes foram detidos e multados e foram introduzidas medidas ainda mais draconianas para limitar a liberdade de reunião. As ONG de defesa dos direitos humanos que criticaram o governo também foram atacadas. No Azerbaijão, as manifestações antigovernamentais foram efetivamente ilegalizadas, e as tentativas de protesto de alguns críticos do governo deram origem a uma nova onda de repressão e intimidação. As manifestações planeadas para março e abril para protestar contra a corrupção e exigir mais liberdades cívicas e políticas foram proibidas sem razão e depois dispersadas com violência, apesar do seu carácter pacífico. Tal como na Bielorrússia, as ONG críticas e os jornalistas foram afetados, com cinco organizações de defesa dos direitos humanos encerradas e vários jornalistas a denunciarem casos de intimidação e perseguição no rescaldo imediato dos protestos.

Na Ásia Central, o Turquemenistão e o Usbequistão continuaram a limitar severamente os direitos à liberdade de expressão e de associação. Os partidos políticos de oposição genuínos continuaram a não poder registrar-se e os ativistas sociais raramente podiam atuar abertamente. Jornalistas críticos e defensores dos direitos humanos foram rotineiramente vigiados e arriscavam espancamentos, detenções e julgamentos injustos. No Tajiquistão, Cazaquistão e Quirguistão registaram-se mais casos de julgamentos injustos e perseguição de críticos do governo e daqueles que denunciavam os abusos cometidos por responsáveis governamentais.

Na Rússia, o cenário era misto. Tal como em outros países da região, defensores dos direitos humanos e jornalistas foram perseguidos, intimidados e espancados por denunciarem abusos. Manifestações antigovernamentais foram frequentemente proibidas e os seus organizadores e participantes sujeitos a curtos períodos de detenção ou multados. Num caso típico na região, a maior parte dos meios de comunicação social e estações de televisão eram fortemente influenciados pelas autoridades nacionais e locais. Apesar disso, o ativismo cívico continuou a crescer, com várias causas a ganharem apoio popular generalizado – incluindo a defesa do ambiente e o combate aos abusos cometidos por responsáveis governamentais. A internet continuou relativamente fora do controlo das autoridades e a sua importância como fonte de informação e fórum de intercâmbio de opiniões aumentou.

Perante este cenário, realizaram-se em dezembro as maiores manifestações ocorridas na Rússia desde o colapso da União Soviética, despoletadas por alegações generalizadas e vários incidentes registados de fraude eleitoral nas eleições parlamentares que voltaram a eleger o partido Rússia Unida do primeiro-ministro Vladimir Putin com uma percentagem de votos significativamente menor. As manifestações espontâneas iniciais que ocorreram por toda a Rússia nos dias imediatamente a seguir às eleições foram dispersadas rotineiramente, com centenas de pessoas detidas a serem condenadas a curtos períodos de detenção ou multadas. As manifestações organizadas em Moscovo nas semanas seguintes tornaram-se demasiado grandes para serem proibidas, e decorreram de forma pacífica.

Na Turquia, jornalistas críticos, ativistas políticos curdos e outros corriam risco de julgamentos injustos por denunciarem a situação dos curdos na Turquia ou por criticarem as Forças Armadas. Continuaram as ameaças de violência contra críticos proeminentes e, em novembro, entraram em vigor novas regras que levantaram ainda mais preocupações relativamente à proibição arbitrária de sítios na internet.

### **Pessoas em movimento**

Perante o cenário de convulsões políticas no Norte de África e no Médio Oriente, milhares de refugiados e migrantes tentaram a perigosa travessia marítima para a Europa em busca de segurança e de um futuro seguro, muitas vezes em embarcações sobrelotadas e sem condições de navegação. Segundo estimativas conservadoras, pelo menos 1500 pessoas, incluindo mulheres

grávidas e crianças, afogaram-se durante a travessia. Em vez de tomar medidas para evitar estas mortes no mar, incluindo através do reforço das operações de busca e salvamento, a resposta da UE foi reforçar os meios da sua agência de fronteiras externas, Frontex, para travar as chegadas à Europa através do Mediterrâneo. Houve relatos de que a NATO não resgatou pessoas em perigo no mar, apesar de a prevenção de baixas civis ter sido avançada como uma das principais justificações para a intervenção militar na Líbia.

Aqueles que sobreviveram à travessia encontraram frequentemente uma Europa pouco acolhedora. Em vez de uma resposta humanitária a uma crise humanitária, a resposta típica dos países europeus continuou a ser centrada no policiamento de fronteiras e no controlo de fluxos migratórios.

Milhares dos que conseguiram alcançar a ilha italiana de Lampedusa enfrentaram condições terríveis, resultado do fracasso da resposta das autoridades italianas ao crescente número de chegadas.

Os recém-chegados à ilha eram frequentemente deixados à sua sorte, com muitos a dormirem ao ar livre e sem acesso a instalações de saneamento ou higiene. Nem tão pouco a chegada às costas europeias constituía uma garantia de proteção: em abril, na sequência de um acordo entre o governo italiano e as autoridades tunisinas, a Itália iniciou um processo de expulsão sumária e coletiva de tunisinos para o seu país.

Muitos países europeus, incluindo a França e o Reino Unido, recusaram receber quaisquer refugiados deslocados pelo conflito armado na Líbia, apesar de estarem envolvidos no conflito sob a égide da NATO.

Por toda a região, países continuaram a violar os direitos humanos através da interceção, detenção e expulsão de cidadãos estrangeiros, incluindo aqueles que tinham direito a proteção internacional. A detenção como instrumento de dissuasão e controlo era generalizada, em vez de constituir um último e legítimo recurso.

Os sistemas de asilo frequentemente traíam aqueles que procuravam proteção, incluindo através do recurso a processos acelerados de determinação de asilo em países como a Finlândia, França, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, os quais não ofereciam salvaguardas adequadas contra o risco de serem deportados para países onde enfrentassem abusos dos direitos humanos. Pessoas foram deportadas da Turquia e da Ucrânia sem sequer terem tido acesso aos sistemas de asilo daqueles países.

Na sequência de uma decisão histórica da Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em janeiro, no âmbito do caso *M.S.S. v Bélgica e Grécia*, os países europeus suspenderam a deportação de requerentes de asilo para a Grécia ao abrigo do Regulamento Dublin II, devido à inexistência naquele país de um sistema de asilo operacional. Contudo, alguns países continuaram a deportar pessoas para países como o Iraque e a

Eritreia, contrariamente às recomendações do ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados, e a deportar à força ciganos para o Kosovo, apesar do risco real de perseguição e discriminação que ali enfrentavam.

Por toda a região, centenas de milhares de pessoas permaneceram deslocadas pelos conflitos que acompanharam o colapso da antiga Jugoslávia e da União Soviética, frequentemente impedidas de regressarem a casa devido ao seu estatuto legal – ou ausência do mesmo – e à discriminação no acesso aos seus direitos, incluindo o direito à propriedade.

Ao negociarem uma nova legislação europeia de asilo, os estados-membros da UE não resolveram as deficiências nos seus sistemas de asilo e nos processos de transferência de requerentes de asilo para o primeiro país da UE em que entraram.

### **Discriminação**

Embora a discriminação continuasse a afetar as vidas de milhões de pessoas por toda a região, os governos não deram prioridade às políticas para a combater, alegando outras necessidades urgentes. Alegaram fatores económicos, apesar das muitas indicações de que aqueles já marginalizados enfrentavam risco acrescido de agravamento das desigualdades de que já sofriam. Ou simplesmente tentaram afastar-se das suas obrigações, como o governo holandês, que afirmou publicamente em julho que era da responsabilidade das pessoas libertarem-se da discriminação.

Em vez de combaterem os estereótipos e preconceitos que alimentam a intolerância e o ódio, alguns governos e responsáveis públicos reforçaram-nos. O organismo de defesa da igualdade da Roménia advertiu duas vezes o presidente sobre comentários contra os ciganos que fez na televisão.

Manteve-se o fosso entre a legislação antidiscriminação nacional e europeia. Em alguns casos a oportunidade de colmatar esse fosso perdeu-se devido à relutância de autoridades públicas ou coligações governamentais preocupadas, por a oferta de proteção reforçada poder suscitar oposição política. A inclusão da orientação sexual como uma das causas de discriminação proibidas numa nova proposta de lei antidiscriminação na Moldávia foi criticada, levando a um impasse na sua aprovação. A nova proposta de lei antidiscriminação de Espanha não foi aprovada antes das eleições parlamentares de novembro. Ao nível europeu, o Conselho Europeu prosseguiu a discussão sobre a proposta de uma nova legislação antidiscriminação ao nível da UE, proposta em 2008, embora os participantes tenham mostrado mais interesse em suavizar as propostas ou anulá-las. Adicionalmente, a legislação existente, tal como a Diretiva Sobre o Combate à Discriminação com Base na Raça ou a Carta dos Direitos Fundamentais, não foi aplicada pela Comissão Europeia, apesar das constantes violações dos estados-membros.

Os padrões antidiscriminação nacionais e regionais foram por vezes criticados publicamente e a sua legitimidade questionada. O Tribunal Europeu dos

Direitos do Homem desempenhara um papel importante na aplicação da proibição da discriminação consagrada na Convenção Europeia e no reforço da proibição da discriminação por motivos específicos como a identidade de género ou a orientação sexual. Veredictos anteriores do Tribunal, tais como os que consideraram discriminatória a segregação das crianças ciganas nas escolas, não foram implementados em vários países, como a República Checa e a Croácia.

A ratificação unânime de importantes instrumentos regionais de defesa dos direitos humanos, que reforçaria a sua proteção, não foi feita. Por exemplo, nenhum novo país assinou ou ratificou o Protocolo N.º 12 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, proibindo a discriminação. Numa nota mais positiva, o Conselho da Europa aprovou em maio uma nova Convenção sobre a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e todas as Formas de Violência Doméstica, a qual foi posteriormente assinada por 18 países da região.

Ao mesmo tempo que recusavam reforçar os mecanismos domésticos ou europeus de combate à discriminação, alguns países mostraram vontade em confirmar instrumentos discriminatórios já existentes ou promover novos. Legislação, políticas e práticas que discriminavam os ciganos no usufruto do seu direito à habitação continuaram em vigor, e comunidades ciganas continuaram a ser desalojadas à força em vários países da região, incluindo França, Itália e Sérvia. Propostas legislativas que discriminavam pessoas com base na identidade de género ou orientação sexual foram introduzidas na Rússia e na Lituânia.

A inexistência de proteção legal abrangente e de uma defesa robusta dos direitos por parte das autoridades causou consequências adversas na vida das pessoas. A hostilidade e a discriminação, frequentemente promovidas por partidos populistas da direita radical, contra minorias étnicas e religiosas, bem como contra pessoas com base na sua identidade de género ou orientação sexual, continuou a ser motivo de preocupação por toda a região. Pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero, ciganos, migrantes e muçulmanos, entre outros, foram alvo de ataques motivados pelo ódio. Os crimes de ódio continuaram a ser enfrentados de forma desadequada devido a falhas na legislação, deficientes sistemas de denúncia, investigações desadequadas ou falhas nos sistemas de justiça criminal e falta de confiança na polícia. Preconceitos e estereótipos enraizados deram igualmente origem a condutas racistas por parte de agentes de forças de segurança.

Muitos países da região debateram a proibição do véu facial completo. Legislação nesse sentido entrou em vigor a nível nacional na Bélgica e na França. Os debates que acompanharam estas medidas, muitas vezes baseados em presunções em vez de dados fiáveis, estigmatizaram ainda mais os muçulmanos. A visão estereotipada de símbolos entendidos como muçulmanos, como o véu, foi promovida, em vez de combatida, por responsáveis públicos. O uso de vestimentas e símbolos religiosos e culturais específicos continuou a

dar origem à discriminação de muçulmanos, principalmente de mulheres, no emprego e na educação.

### **Combater o terrorismo e segurança**

Os governos europeus continuaram a bloquear os esforços concertados para garantir que são responsabilizados pela sua alegada cumplicidade com os programas de rendições e detenções secretas da CIA. Alguns governos tornaram públicas novas informações sobre o seu envolvimento nestas operações, ou foram novamente acusados de cumplicidade após a descoberta de novas provas pelas ONG e pela comunicação social. Outros terminaram ou mantiveram para as aparências investigações anémicas, propuseram inquéritos que não cumpriam sequer os padrões mínimos em matéria de direitos humanos ou, simplesmente, negaram qualquer envolvimento, apesar da acumulação de provas em contrário. Em março, o Parlamento Europeu aprovou dar sequência ao relatório de 2007 sobre a cumplicidade europeia nestas operações da CIA, de forma a garantir a aplicação das suas resoluções anteriores relacionadas com a obrigação de investigar alegações de abusos dos direitos humanos fundamentais.

Alegando questões técnicas e segredo de Estado, a Lituânia concluiu abruptamente em janeiro a sua investigação aos dois centros de detenção secreta instalados pela CIA em território lituano. Em outubro, o governo recusou reabrir a investigação, apesar de novas e credíveis provas da realização de um potencial voo de rendição de Marrocos para a Lituânia apresentadas pelas ONG às autoridades em setembro. O protocolo do "Inquérito às Detenções", divulgado pelo governo britânico em junho, encontrou forte oposição por parte de peritos em matéria de direitos humanos reconhecidos internacionalmente, as ONG, antigos detidos e seus representantes, devido a preocupações relacionadas com o controlo do governo sobre a quantidade de informações a divulgar, audiências secretas e por não incluir qualquer provisão sobre uma participação significativa das vítimas. Muitos grupos e indivíduos garantiram que não iriam colaborar com o inquérito até terem sido implementadas mudanças, mas até ao final do ano o protocolo não sofreu qualquer alteração.

Em agosto, as autoridades polacas prolongaram a sua investigação à existência de uma base secreta da CIA no país, mas continuaram a bloquear o acesso a informações pedidas pelos advogados de duas vítimas conhecidas, e recusaram adiantar qualquer informação sobre o progresso das investigações. A revelação pela comunicação social, em dezembro, de que a localização de uma base secreta da CIA em Bucareste tinha sido identificada suscitou um forte desmentido das autoridades romenas. Estas continuaram a rejeitar, de forma absoluta, qualquer alegação de envolvimento nas operações da CIA, apesar das provas esmagadoras de que a Roménia esteve profunda e livremente envolvida nestes programas.

Em outubro e novembro, as autoridades finlandesas tornaram públicos dados de voos, indicando que um avião envolvido nas rendições aterrara no seu

território e pediram a abertura de um inquérito independente à alegada cumplicidade, mas até ao final do ano não tinham tomado qualquer decisão sobre a abertura de uma investigação. A investigação à alegada cumplicidade dinamarquesa, anunciada em novembro, estava limitada à Gronelândia e envolvia apenas uma "revisão no papel" das informações anteriormente compiladas no decurso de um inquérito parlamentar.

Face às obstruções levantadas às investigações ao nível dos governos, algumas vítimas de rendição apresentaram queixas junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, na esperança de ali conseguirem algum tipo de responsabilização. Queixas contra a Lituânia, Macedónia e Polónia encontravam-se pendentes perante o tribunal.

As políticas e práticas de combate ao terrorismo continuaram a afetar a proteção dos direitos humanos por toda a região. O recurso a garantias diplomáticas pouco fiáveis para deportar pessoas consideradas como um risco para a segurança nacional foi comum em toda a região, incluindo na Bélgica, Alemanha, Itália e Reino Unido. Em novembro, a ONU criticou a Alemanha por colaborar com serviços de informações que usavam rotineiramente formas de coerção durante interrogatórios. Ordens de controlo e outras formas de controlo social equivalentes a privação da liberdade foram usadas em vários países, principalmente no Reino Unido, como substitutos de julgamentos criminais e das salvaguardas a eles normalmente associadas.

Na Turquia, um grande número de casos foi julgado ao abrigo de leis antiterrorismo que não cumpriam os padrões para um julgamento justo. Muitos dos visados eram ativistas políticos, entre os quais estudantes, jornalistas, escritores, advogados e académicos. Eram rotineiramente interrogados sobre atividades protegidas pelo direito à liberdade de expressão.

A situação de segurança no Cáucaso Norte continuou volátil e desequilibrada. Grupos armados continuaram a atacar as forças de segurança e outros responsáveis, com civis apanhados no fogo cruzado e, por vezes, deliberadamente atacados. As operações de segurança por toda a região eram frequentemente acompanhadas por violações graves dos direitos humanos. Houve relatos de intimidação de testemunhas e de perseguições e homicídios de jornalistas, ativistas dos direitos humanos e advogados.

O grupo armado separatista basco Euskadi Ta Askatasuna anunciou o fim da luta armada, mas na Turquia os ataques do exército e dos grupos armados causaram a morte de civis.

### **Impunidade em situações de pós-conflito**

Apesar da detenção dos dois últimos suspeitos indiciados pelo Tribunal Internacional para a ex-Jugoslávia, os progressos no combate à impunidade para os crimes cometidos durante as guerras dos anos 90 foram lentos. Havia falta de capacidade e compromisso, e foram dados alguns passos retrógrados. Na Croácia, o presidente e as autoridades judiciais deram alguns passos no

sentido de enfrentar o legado da guerra, mas o governo pouco fez. Pelo contrário, políticos proeminentes atacaram a justiça internacional e o Parlamento aprovou uma lei que violava a obrigação da Croácia em cooperar com a República da Sérvia em assuntos criminais. A cooperação regional também foi prejudicada pelo fracasso do desmantelamento dos obstáculos legais à extradição de suspeitos de crimes de guerra entre a Bósnia e Herzegovina, Croácia, Sérvia e Montenegro.

Dez anos após o conflito armado de 2001 na Macedónia, os processos de crimes de guerra enviados pelo Tribunal foram anulados, após o Parlamento ter aprovado uma nova interpretação da Lei da Amnistia garantindo, na prática, a imunidade dos crimes nos tribunais nacionais.

No Quirguistão, apesar de facilitarem a criação de duas comissões de inquérito independentes, as autoridades não investigaram de forma justa e eficaz a violência de junho de 2010 e as suas consequências.

### **Tortura e outras formas de maus-tratos**

As vítimas de tortura e outras formas de maus-tratos eram demasiadas vezes traídas por sistemas judiciais que não responsabilizavam os perpetradores. Os obstáculos à responsabilização incluíam a falta de acesso imediato a um advogado, a recusa dos procuradores em levar a cabo investigações determinadas, o medo das vítimas quanto a possíveis represálias, os castigos leves impostos aos polícias condenados e a ausência de sistemas de verificação de queixas e investigação de casos graves de má-conduta policial devidamente independentes.

Persistiram as bolsas de impunidade enraizada. No Usbequistão, apesar das garantias das autoridades de que a prática da tortura tinha diminuído significativamente e da introdução de nova legislação destinada a melhorar o tratamento de detidos, surgiram durante o ano dezenas de relatos de tortura ou outras formas de maus-tratos contra detidos ou reclusos. Na Turquia, o importante veredicto de 2010 que, pela primeira vez na história legal do país, condenou responsáveis estatais a longas penas de prisão por causarem a morte através de tortura, foi anulado em recurso. Incidentes de tortura continuaram a ser amplamente denunciados na Ucrânia e na Rússia, apesar das reformas policiais superficiais realizadas neste último país.

Em outros países, houve alegações de uso excessivo da força e maus-tratos na dispersão pela polícia de protestos contra as medidas de austeridade, como na Grécia e em Espanha.

### **A pena de morte**

A Bielorrússia continuou a ser o último carrasco da região, tendo executado dois homens através de um sistema de justiça criminal deficiente que continuou a envolver os processos em segredo. As execuções foram consumadas apesar de um pedido formal de suspensão do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas para que os casos fossem apreciados.

## **Conclusão**

As detenções de Ratko Mladic e Goran Hadzic enviaram uma mensagem poderosa não apenas aos afetados, mas a toda a região. Era uma mensagem de esperança após longos anos de espera, mas também uma mensagem de aviso a todos aqueles que julgavam que amigos influentes, vizinhos poderosos ou interesses instalados ocultos iam – ou podiam – protegê-los do alcance da justiça. Era uma afirmação daquilo que pode ser alcançado quando indivíduos, sociedade civil, governos e comunidade internacional estão determinados em fazer cumprir os direitos humanos universais.

No entanto, demasiadas pessoas em toda a região continuavam mergulhadas no fosso entre a retórica dos direitos humanos e a realidade da sua implementação. O apoio firme aos direitos humanos era frequentemente encarado como incompatível com o apoio à segurança estatal ou ao abastecimento de energia. Houve desafios à independência e autoridade do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A UE pareceu muitas vezes um tigre sem dentes face às violações cometidas pelos seus estados-membros. E os países individuais continuaram a falhar na sua obrigação primordial de fazer respeitar os direitos humanos para todos.